

E-book Brasília: transformações na ordem urbana

<http://transformacoes.observatoriodasmetropoles.net/livro/brasil/>

Desde sua criação em 1960, Brasília foi concebida para ser uma cidade fragmentada e dispersa. Passados mais de 50 anos, a cidade tornou-se metrópole, mas ainda é um território de concentração de poder e segregado socialmente. Diariamente cerca de 1,5 milhão de pessoas se deslocam em direção ao Distrito Federal para trabalhar, visto que no Plano Piloto estão 47% dos empregos da Área Metropolitana de Brasília. Esses são alguns dos resultados do e-book “Brasília: transformações na ordem urbana”.

Brasília é marcada, desde sua fundação, pelos processos de fragmentação e dispersão urbana. De acordo com o prof^o Frederico de Holanda, um dos organizadores do e-book “Brasília: transformações na ordem urbana”, na época da construção da capital federal havia dois municípios do estado de Goiás – Planaltina e Brasilândia – localizados no entorno do território ocupado. Esses municípios tinham economias de serviço para a área rural; porém com a criação de Brasília, eles são esvaziados por conta da polarização da nova capital do Brasil.

“Planaltina e Brasilândia passam a ser cidades-dormitórios de Brasília; Taguatinga, por outro lado, foi criada já como cidade-dormitório em 1958 – distante 25 km do Plano Piloto. Para os ideários de Brasília e sua concepção urbanística moderna, os trabalhadores e classes populares não tinham acesso aos tipos edilícios do núcleo da capital – não podiam arcar com os custos iniciais dos imóveis nem com sua manutenção. Essa segregação se mantém até hoje, mas ela se dá na origem, em função do próprio projeto”, argumenta Frederico.

É nesse sentido que o conceito de dispersão urbana é entendido, ou seja, grande parte da população morando fora da área central. A questão, contudo, ressalta Frederico de Holanda, é que em outras metrópoles brasileiras a dispersão urbana se dá por conta da especulação imobiliária – jogando as classes populares para as áreas mais periféricas. Em Brasília o processo ocorre por decisão política do Estado, é ele quem cria núcleos urbanos afastados do Plano Piloto.

O outro processo característico de Brasília é a fragmentação da malha, isto é, não há integração entre os núcleos urbanos dentro do DF, e entre os municípios que compõem a área metropolitana. Todos os municípios se voltam para a capital, caracterizando uma estrutura em árvore e não em malha.

“Os processos de fragmentação e dispersão geram um custo social muito elevado. Com uma estrutura muito dispersa – com ociosidade da estrutura viária, ou seja, trechos que não ligam áreas ocupadas – a população precisa se deslocar muito. Mostramos no livro que diariamente 1,5 milhão de pessoas se desloca para o Plano Piloto para trabalhar.”, aponta Frederico de Holanda.

O livro aponta ainda que, no período 2000-2010, verificam-se na Área Metropolitana de Brasília processos de mudanças e permanências. Tendo como conceitos centrais a fragmentação e a dispersão, a AMB mantém a concentração de renda no território, e baixa mobilidade social e ocupacional.

Segundo Rômulo Ribeiro, no Plano Piloto estão apenas 7,8% da população da Área Metropolitana de Brasília (AMB), porém 47% dos empregos estão ali. “O Distrito Federal tem um dos IDHs mais altos do país; mas os municípios que integram a área metropolitana são pouco desenvolvidos. Isso é resultado da concentração de renda localizada na área central, relacionada ao funcionalismo público. Do outro lado temos um conjunto de municípios de baixa renda no entorno, sem capacidade para se desenvolver. Vemos um agravamento da segregação e da desigualdade nesse território metropolitano”, afirma.